

CONSTITUINTE

“Centrão” não consegue maioria no primeiro dia de votações

por Andrew Greenlee de Brasília

A primeira votação no plenário da Assembleia Nacional Constituinte terminou ontem sem o número suficiente de votos para aprovar o “preâmbulo” da nova Carta. O “Centrão” — grupo suprapartidário de tendência conservadora — obteve o apoio de apenas 248 dos 280 parlamentares necessários para aprovar sua proposta alternativa ao texto da Comissão de Sistematização da Constituinte, que atingiu 227 votos, com 9 abstenções.

Segundo o regimento interno da Constituinte, quando uma emenda coletiva não consegue a maioria absoluta do plenário (230 votos), deve ser convocada nova sessão, 24 horas depois da primeira votação, para repetir o processo. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tomou essa medida.

A votação de ontem esbarrou na tese da democracia direta. De um lado, a esquerda querendo incluir no preâmbulo da nova Carta, paralelamente à democracia representativa. De outro, o “Centrão”, insistindo na inviabilidade da ideia.

Confiantes na vitória de sua proposta, os dirigentes do “Centrão” recusaram uma oferta de acordo feita pela esquerda. Os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, líderes do PMDB, propuseram o apoio da esquerda a todo o texto do preâmbulo do “Centrão”, em troca dos votos deste grupo a proposta do deputado José Guedes (PMDB-RJ), que incluía participação popular direta.

As propostas em discussão

O “Centrão” recusa ontem um acordo com a esquerda porque acredita que hoje conseguirá reunir maioria suficiente (230 votos) para aprovar sua proposta de texto para o Preâmbulo da nova Carta.

Eis a proposta da Comissão de Sistematização: “Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Nacional Constituinte, afirmam o seu propósito de construir uma grande nação baseada na liberdade, na fraternidade, na igualdade, sem distinção de raça, cor, sexo, procedência, religião ou qualquer outra, certos de que a grandeza da Pátria está na saúde e na felicidade do povo, na sua cultura, na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, na proteção especial à criança e ao adolescente, na equitativa distribuição dos bens materiais e culturais. Afirmam, também, que tais objetivos só podem ser alcançados com o modo democrático de convivência e de organização estatal, com repulsa a toda forma autori-

tária de governo, mediante a participação do povo no processo político, econômico e social.

A soberania reside no povo, que é a fonte de todo o poder; os poderes inerentes à soberania são exercidos por representantes eleitos, ou diretamente pelo povo”.

Esta é a proposta do “Centrão”: “Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, prometemos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil”.

Rejeitada essa fórmula, os pemedebistas levantaram uma alternativa: apoiar o preâmbulo do “Centrão” desde que fosse garantida também a aprovação mais adiante, já no título I, de um destaque do senador José Agripino (PFL-RN), estipulando o exercício direto do poder pelo povo “nos casos previstos nesta Constituição”.

Os deputados Bonifácio Andrada (PDS-MG) e Delfim Netto (PDS-SP), representantes do “Centrão”, também não aceitaram. “A democracia direta abre a possibilidade do plebiscito ou do referendo a nível nacional e nós somos contra estes mecanismos por serem suscetíveis à influência do poder econômico”, justificou Bonifácio de Andrada. “A democracia sempre se faz com representantes eleitos”, acrescentou o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Na esquerda, a necessi-

dade de incluir a participação direta nesse trecho da Carta era vista como essencial para viabilizar, em outros capítulos, dispositivos como o mandato de injunção, “habeas data”, mandados de segurança coletivos, iniciativas populares de lei, defensoria do povo, plebiscito e referendo.

Interrompidos os entendimentos, partiu-se para a votação. O resultado surpreendeu o “Centrão”, cujos dirigentes garantiram ter em plenário pelo menos 275 membros (seriam necessários 230 votos para aprovar a proposta do grupo). Cerca de trinta votos viraram-se contra o preâmbulo do “Centrão”. Dirigentes do bloco parlamentar, como os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), logo identificaram a mais provável causa das deserções: o grupo dos constituintes evangélicos.

Isso porque o texto do “Centrão” fazia uma referência à “proteção de Deus” ao trabalho constitucional apenas no final do preâmbulo, enquanto o projeto da Comissão de Sistematização traz esse trecho logo no início, o que agradou aos evangélicos. “Vamos olhar a planilha de votação e verificar o que aconteceu”, dizia o deputado Luiz Eduardo Magalhães. Já o líder do governo na Câmara e também dirigente do “Centrão”, deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), assegurava que, para a votação de hoje, o grupo terá mais representantes em Brasília.

Ao deixar o plenário, o deputado Ulysses Guimarães disse esperar que as assinaturas às emendas coletivas efetivamente se traduzam em votos, para evitar situações como a de ontem. O projeto de preâmbulo do “Centrão” conseguiu 230 assinaturas.

AGENDA

As alternativas para um possível impasse na decisão em plenário

por Ana Cristina Mogalhães de Brasília

Foi adiada para hoje à tarde a decisão sobre o “Preâmbulo” da Constituição. Na votação de ontem da Assembleia Nacional Constituinte, não houve o número de votos necessários para a aprovação do “Preâmbulo” do texto.

Sem a deliberação pela maioria absoluta dos constituintes (230), o regimento interno determina um adiamento de 24 horas para decisão final do plenário sobre a matéria. Assim, hoje será novamente votada a emenda substitutiva do “Centrão”, que altera o preâmbulo do projeto constitucional elaborado pela Comissão de Sistematização.

Se na sessão de hoje a matéria não obtiver novamente 230 votos, passará a ser votado o texto do projeto constitucional. Caso não seja atingido o quórum de maioria absoluta, a matéria será considerada rejei-

tada sem prejuízo das emendas que tenham sido destacadas para o mesmo texto.

Se as emendas também forem rejeitadas, ocorrerá o chamado “Buraco Negro”, quando, por falta de texto a ser votado, corre-se o risco de a matéria não ser incluída na Constituição.

Nessa hipótese, o regimento interno impõe a suspensão da sessão por 48 horas, devendo o relator apresentar um texto alternativo circunscrito à matéria existente. Além de Bernardo Cabral, a maioria absoluta dos constituintes pode, nas mesmas condições do relator, apresentar outra proposta.

A partir de hoje, a Assembleia Nacional Constituinte volta a se reunir diariamente de segunda a sexta-feira. As sessões de segunda-feira se iniciam às 15 horas e as de sexta-feira às 9 horas. De terça a quinta-feira, os trabalhos começarão às 14 horas.

Nos corredores, uma disputa por assinaturas

“Deputado. O senhor assina esse pedido de preferência?” Essa é a frase mais ouvida nos corredores, salas, gabinetes e em todas as demais dependências do edifício do Congresso Nacional. São funcionários dos gabinetes, assessores e muita gente de fora, contratada apenas para executar esse serviço de colher assinaturas para dar entrada aos pedidos de preferência das matérias que deverão ser votadas.

Quando os auxiliares não conseguem o número necessário, é preciso que o próprio interessado, o deputado ou senador, faça a coleta, como o baiano Jorge Hage (PMDB) que de prancheta em punho abordava ontem as suas colegas Benedita da Silva e Irma Passoni (PT) solicitando a assinatura em dois pedidos de preferência.

Hage (autor da proposta aprovada na Sistematização que dá ao presidente Sarney um mandato de quatro anos) explica que o tempo é pouco e que ele “precisa atacar no corredor”.

Outros vão aos gabinetes, como o deputado Eduardo Bomfim (PC do B-AL) que de pasta na mão e todas as propostas do seu partido, atravessava o corredor que separa Câmara e Senado e ia em busca de assinaturas dos senadores constituintes. Aliviado, Bomfim dizia que já tinha

as 187 assinaturas necessárias para garantir a prioridade.

Mas nem todos recebem essa pressão com tranquilidade. O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) quase corre para se esconder de tantos pedidos de assinatura. Propostas de todos os tipos, além de elogios e pedidos de emprego.

Cansado, sem conseguir chegar ao seu gabinete, o senador Passarinho desabafava: “Não podemos nem conversar. Agora ninguém consegue andar, falar ou qualquer outra coisa, com esse povo correndo atrás”.

Mas são as pessoas contratadas apenas para colher assinaturas, as que mais insistem com os deputados. A figura de “coletor de assinaturas” embora não faça parte dos quadros de pessoal da Câmara ou do Senado, tem um reconhecimento quase oficial. Existem algumas que transitam livremente, são conhecidas e até pertencem ao corpo de funcionários, embora não exatamente para essa função.

Nos momentos de “plique”, quando centenas de assinaturas são necessárias, surge uma infinidade de pessoas, que sem qualquer vínculo funcional, muitas vezes sem conhecer ainda bem os parlamentares, passam a pedir: “Assine aqui essa proposta”.

(EBN)

Líderes acham acordo necessário

Diante do resultado da primeira votação do plenário da Constituinte, os líderes dos diversos grupos concluíram pelo que já havia sido previsto ao longo de todo o processo de elaboração da nova Carta: sem um amplo acordo não haverá Constituição. E a reação imediata na busca do entendimento que viabilize uma votação eficiente resultou no seguinte diálogo mantido entre o líder do “Centrão”, deputado Guilherme Afif Domingos e do “Centrinho”, senador Fernando Henrique Cardoso, relatado pela Agência Globo:

Fernando Henrique — Afif, vamos ao gabinete do Ulysses, convoque mais alguns líderes do “Centrão” e vamos conversar.

Afif — Precisamos conversar e estabelecer acordos no sentido de reduzirmos ao máximo o número dos destaques para fixarmos naquelas matérias que serão, de fato, decididas apenas pelo voto.

Fernando Henrique — Claro, pelo teste de hoje ficou claro que se não nos entendermos o processo não fluirá. E a opinião pública está voltada para a Constituinte. Se não conseguirmos sair do lugar a repercussão será muito negativa.

Afif — Defendo a negociação em nome da agilização do processo de votação. E chamo a atenção para um fato importante que talvez não esteja sendo motivo de preocupação e que pode atrapalhar todo o nosso trabalho. Está claro que existe uma parcela grande de constituintes que deseja

Ataque do líder do PFL

“Os que não opõem o governo, que tenham vergonha na cara e deixem os cargos, de modo a poder fazer política com dignidade. Esse negócio de querer manter também é inadmissível.” Essa receita foi dada na terça-feira pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, articulador do “Centrão”, que passou a cobrar dos integrantes dos partidos que opõem o governo a manutenção de indicações para cargos quando eles não quiserem votar com o orientado que atende o Executivo.

“Como é que o ministro do Planejamento pode dar ordem a um subordinado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se lá está um indicado do governador Moreira Franco ou do ex-governador Franco Montoro, que está contra o governo?” perguntou José Lourenço, advogando que o quadro de nomeações obedecesse ao novo quadro de apoio ao governo, relatou a EBN.

Embora não faça cobrança tão veemente, o deputado José Lins (PFL-CE) disse que não acha justo o governo falar com apoio aos que lhe dão sustentação, enquanto os ad-

versários mantêm cargos importantes na administração. Esse também é o pensamento do deputado Roberto Cardoso Alves, para quem “até Deus só livra do inferno aqueles que seguem seus mandamentos”.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) reconheceu, ontem, que a maior inimiga do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney é o tempo, que, na sua opinião, também ameaça a Constituinte. Ele explicou que por isso está defendendo a inversão de pautas, para definir logo esse assunto, certo de que na medida em que passar o tempo mais dificuldades terão de aprovar o mandato de cinco anos, porque as pressões e posições contrárias aumentam.

Roberto Cardoso Alves também acredita que poderá reverter dentro do “Centrão” as objeções feitas a uma inversão de pautas a assegurar que conseguirá 230 assinaturas para isso, no momento certo. Na sua opinião, ao contrário do que pensam os líderes do PFL, José Lourenço, esse tema não é fator de divisão dentro do “Centrão”.

— Parece que Deus castigou o “Centrão”.

Ao que Afif respondeu: — Não se trata disso. A sessão de hoje me deu a impressão de que estamos participando do “Rally” Paris-Dakar. E que ainda estamos saindo de Paris. Vamos ver as baixas ao final da disputa.

retardar uma definição do texto. E nós não podemos fazer o jogo protelatório.

Fernando Henrique — Este é, realmente, um problema sério.

Neste momento aproximou-se o vice-líder do PMDB, deputado Antônio Brito, que brincou com Afif:

GOVERNO

Mudanças na comunicação

O presidente José Sarney assinou ontem o decreto que cria a subchefia do Gabinete Civil para Assuntos de Imprensa e Divulgação, responsável a partir de agora por toda a política de comunicação social do governo federal. O mesmo decreto recria a EBN do Ministério da Justiça, a Radiobrás do Ministério das Comunicações e a Funteve do Ministério da Educação.

Além do presidente da República, assinaram também o decreto os ministros Paulo Brossard, Antonio Carlos Magalhães e Hugo Napoleão. Com a criação da subchefia do Gabinete Civil para Assuntos de Imprensa e Divulgação, foram extintas a Secretaria de Imprensa e Divulgação e a Secretaria Especial de Comunicação da Administração Federal.

Subordinada à subchefia vão funcionar três se-

cretarias — Imprensa, Divulgação e Planejamento e Pesquisa — e uma Diretoria de Projetos. A reformulação no setor de Divulgação aprovada pelo presidente Sarney cria ainda um Conselho Consultivo de Comunicação Social, relatou a Agência Globo.

O conselho será presidido pelo ministro-chefe da Casa Civil, terá como secretário executivo o diretor de Projetos e será integrado ainda pelos secretários de Imprensa, Divulgação e Planejamento e Pesquisa, além dos presidentes da EBN, Radiobrás e Funteve.

O ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, admitiu ontem que Getúlio Bittencourt, que respondia pela Secretaria Especial de Administração Federal, será absorvido na nova estrutura de divulgação do governo federal.

REGISTRO

Collor vai tentar atrair Cardoso para 4 anos

por Guilherme Barros do Rio

O governador de Alagoas e já declarado candidato a candidato pelo PMDB à sucessão presidencial, Fernando Collor de Mello, seguiu ontem, no Rio, sua campanha em favor da realização de eleições neste ano, reunindo-se com empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Um dia após ter assumido, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), condição de candidato a candidato à sucessão do presidente José Sarney, Collor de Mello repetiu seu discurso de ataques maciços ao governo federal.

Collor de Mello pretende prosseguir hoje sua “cruzada”, às 10 horas, em Recife, onde estará com o arcebispo dom Helder Câmara, e, ao meio-dia, com o governador pernambucano, Miguel Arraes. A noite, viajará para Belo Horizonte para participar da reunião dos governadores do PMDB, na sexta-feira, convocada pelo governador Newton Cardoso.

No encontro de Belo Horizonte, Collor de Mello pretende atrair seus cole-

gas do PMDB para a abertura do mandato do presidente José Sarney. “Tentarei convencer o Newton a aderir aos quatro anos”, disse o governador alagoano, ao ser perguntado pelos jornalistas se Newton Cardoso, o maior defensor da manutenção do mandato de Sarney até 1989, poderia influenciá-lo a mudar de posição.

Collor de Mello carregava consigo um pequeno livro intitulado “Cartilha da moralização”, onde relata sua epopeia em Alagoas contra os desmandos administrativos que lá encontrou.

PLENÁRIO

Inflexível no cumprimento do regimento, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, não teve muito trabalho para presidir a primeira sessão de votação da Assembleia Nacional Constituinte. Praticamente vazias, as galerias não se manifestaram em nenhum momento. Os constituintes também não tomaram uma sessão e as poucas vezes em que o presidente teve de fazer valer sua autoridade tiveram por objetivo impedir os parlamentares de ultrapassar o tempo em seus pronunciamentos.

A estratégia para as diretas

Com a presença de dirigentes de entidades civis e parlamentares de quase todos os partidos, foi lançada ontem pela manhã, na Câmara dos Deputados, nova estratégia para viabilizar a realização de eleições para a Presidência da República ainda neste ano. Os debates foram dirigidos pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Thomaz Bastos, que a partir de agora assume a “orquestração” da campanha com o nome de Comitê Suprapartidário Pró-Diretas.

Na oportunidade, o senador Afonso Camargo (PTB-PR) apresentou um cartaz com os dizeres “4 de março, 4 da tarde. Dis do Basta”, pois nesse dia deve acontecer em todos os estados a concretização popular do movimento, através de comícios, atos públicos, paralisação do trabalho nas fábricas e comércio.

Handwritten signature: *duz P6*